

“A República argentina de Sarmiento: projeto e construção de uma nação”

Maria Elisa Noronha de Sá Mäder*

O republicanismo na América hispânica não foi um movimento homogêneo, tendo tido características muito diversas que originaram diferentes concepções de república, ao longo do processo de construção dos novos Estados. Na região do Prata, o republicanismo é anterior aos movimentos de independência, tendo sido usado pelos *criollos* integrantes dos cabidos, ainda no final do período colonial. Estes consideravam os cabidos como “repúblicas”, entendidas como pequenos estados controlados pelos cidadãos. José Carlos Chiaramonte mostra-nos como, durante a primeira fase da Independência, no movimento de maio de 1810, com a prática do *cabildo abierto* em Buenos Aires, esta concepção republicana foi mantida. Interessante notar que estas idéias de república não se contrapunham à monarquia. Tanto a “república” dos *criollos* quanto o cabido de Buenos Aires não estavam separados do Império espanhol, e sabemos que a proclamação de independência em 1810 foi feita em nome do rei Fernando VII, deposto por Napoleão. Provavelmente, estavam influenciados por Rousseau, para quem uma “república” não era uma forma de governo, mas sim todo o governo considerado legítimo de acordo com a vontade geral e com as leis, expressas pela soberania do povo. Somente com o rompimento definitivo com a Espanha, em 1816, no Congresso de Tucumán, durante os calorosos debates sobre a forma de governo que deveria ser adotada, é que a república passa a ser contraposta ao regime monárquico. Daí em diante, a discussão sobre a natureza da república e sua forma federal ou unitária vai predominar nos debates sobre a nova nação que estava se formando e nas tentativas de elaboração das Constituições de 1819 e 1826.

Com a ascensão de Rosas ao poder, em 1829, abre-se um período de intensa discussão política sobre o significado da república que envolveu rosistas e anti-rosistas. Segundo Jorge Myers, em seu livro *Orden y Virtud*¹, o discurso rosista foi essencialmente republicano, e as relações entre este discurso e as práticas concretas do governo que o produzia foram bem mais complexas do que se pensa. Este se constituiu a partir de uma certa continuidade com o republicanismo da época de Rivadavia, mas adquiriu características muito próprias que, apesar de suas contradições e ambigüidades, sempre foi pensado por seus artífices como

* (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

¹ Jorge Myers. *Orden y Virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

organizado ao redor de um único programa de governo. Segundo o autor, o discurso republicano de Rosas constituía-se de quatro pontos principais: um “agrarismo republicano” que valorizava a vida rural e o homem do campo como “salvadores da república” e que associava a figura de Rosas a este mundo agrário, buscando, para isso, referências tanto na República romana quanto em uma tradição existente naquela região desde os tempos coloniais; a associação de uma imagem “catilinária”, invocando a figura do conspirador anti-republicano, para designar os opositores e dissidentes do regime, com o objetivo de obter um amplo apoio popular; a elaboração de um discurso “americanista”, baseado tanto em elementos clássico-republicanos, como em elementos nativistas, dando continuidade a um processo de constituição de uma identidade política americana associada ao republicanismo, iniciado desde os tempos da independência; e, por fim, uma articulação sistemática entre as noções de “virtude” e o conceito romano de ditadura, utilizada para justificar os poderes especiais conferidos a Rosas e a defesa da ordem republicana rosista tida como aquela que impediria o retorno ao regime colonial.

Sarmiento certamente se incluía entre os opositores de Rosas que integraram a *Geração de 37*. Seus integrantes utilizavam com frequência a expressão “República argentina”, não mais designando um cabido, uma municipalidade, uma província ou um conjunto de províncias. A partir deles, a idéia de república passou a estar relacionada e referida à idéia de nação, não sendo por acaso o fato de estes se caracterizarem como os verdadeiros fundadores da nacionalidade argentina. Longe de um republicanismo, o regime de Rosas era caracterizado por eles como sendo uma “reação do passado”, um retorno ao poder dos representantes do “antigo regime” legado pela Espanha, que tentavam derrotar a renovação almejada pelos “revolucionários de maio”. Os “verdadeiros republicanos” seriam, então, os aliados e a própria *Geração de 37*, que, diferentemente daqueles que os precederam, saberiam, a partir de uma correta avaliação da realidade concreta, fazer triunfar, no futuro, a “revolução republicana” e a civilização.

Segundo Natalio Botana², na concepção republicana de Sarmiento coexistiam três tendências: uma tradição liberal de república; uma concepção de república forte capaz de concentrar o poder no Estado; e a antiga idéia de república inspirada no humanismo cívico, que enfatizava a virtude cívica dos cidadãos dedicados ao bem público. Suas idéias de república foram perpassadas por tantas questões e vicissitudes quanto o momento político e

² Natalio R. Botana. *La Tradición Republicana. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997; *Idem*. “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”. In: Tulio Halperin Donghi (org.). *Sarmiento. Author of a Nation*. Berkeley: University of California Press, 1994.

suas circunstâncias o sugeriram. Sarmiento estava inteiramente a par dos debates sobre a natureza do regime republicano ocorridos principalmente na França e nos Estados Unidos durante os séculos XVIII e XIX, e vai aplicar sua visão à situação da Argentina.

Iniciada no século XVIII, a discussão concernente ao significado da república estava dividida entre aqueles que defendiam noções de liberdade individual protegida por fortes garantias e os que acreditavam no antigo ideal de uma comunidade de cidadãos fundada na igualdade, no sacrifício pelo bem comum e na educação dirigida pela autoridade pública. Tanto na França revolucionária quanto na França restauradora, duas visões antagônicas de liberdade competiam: aquela da nostalgia da antiga idéia de liberdade que se esforçava em recriar um cidadão ativo no sentido clássico; e a dos modernos defensores da liberdade cujos princípios eram o individualismo, limitações do poder e, por conseguinte, do regime constitucional. Essa dicotomia entre direitos individuais que geram uma espontânea ordem e o desejo de criar um cidadão iluminado por meio da educação pública percorreu grande parte da história das idéias no século XIX, gerando, de um lado, a noção de uma república garantidora da liberdade e, de outro, a noção de uma república programática que colocasse limitações ao exercício do poder. Apesar de ter sido o discurso francês que forneceu o arquétipo para esse debate, não é menos verdade que a retórica norte-americana da primeira metade do século pós-independência refletiu alternativas similares e teve também forte influência nas Américas.

As diversas correntes da tradição republicana apontadas por Botana encontraram na Argentina um complicado terreno. A metáfora do deserto, usada freqüentemente naquela época, transcendeu a imagem geográfica para salientar a fragilidade das primeiras experiências republicanas que pavimentaram o caminho para a anarquia e o despotismo. Muitos, como Sarmiento, falavam de um período de construção inicial, dirigido pelos líderes da independência e pelos legisladores unitários, logo substituído pela desilusão e fracasso. Como uma tragédia em vários atos, as décadas que correram de 1810 até a aparição do *Facundo*, em 1845, condensavam a longa história da civilização. A revolução de trinta anos tornava visível, para Sarmiento, o regresso simultâneo, sobre o cenário argentino, do antigo regime aristocrático e da corrupção da pólis clássica, da invasão dos bárbaros e do nascimento do despotismo. Para os homens que viveram aquela experiência partilhando desse ponto de vista, a república certamente tinha perdido legitimidade e, mais ainda, perdido basicamente poder e autoridade. Assim como a terra devastada pelos caudilhos, a distante República do Rio da Prata prevista por esse tipo de imaginação histórica também era um espaço vazio, vista como uma mera república em potencial, inscrita em projetos escritos fracassados e em governos efêmeros. A procura por uma necessária conjunção entre a república e o poder

legítimo foi, segundo Botana, uma obsessão que acompanhou Sarmiento da sua adolescência até sua morte.

No que diz respeito à concepção liberal de república, podemos dizer que Sarmiento se via lutando contra a ditadura de Rosas em nome de uma liberdade que tinha muitas faces. A liberdade, para ele, não emergiria de forças externas, mas sim das “convulsiones internas que desgarran las entrañas de um noble pueblo”³. Tais liberdades, como liberdade de pensamento, de culto, de expressão, de locomoção, de opinião etc., apresentadas na conclusão do *Facundo*, resultariam naturalmente do fim do governo de Rosas. Observemos, por exemplo, as seguintes passagens.

Porque *él* ha destruido las garantías que en los pueblos cristianos aseguran la vida y la propiedad de los ciudadanos, *el Nuevo Gobierno* restablecerá las formas representativas y asegurará, para siempre, los derechos que todo hombre tiene de no ser perturbado en el libre ejercicio de sus facultades intelectuales y de su actividad⁴.

Ou:

Porque *él* ha gritado durante quince años “Mueran los salvajes unitarios” haciendo creer que un Gobierno tiene derecho de matar a los que no piensen como él, marcando a toda una nación, con un letrero y una cinta, para que se crea que el que lleva la *marca* piensa, como le mandan, a azotes, pensar, *el Nuevo Gobierno* respetará las opiniones diversas, porque las opiniones no son hechos ni delitos, y porque Dios nos ha dado una razón que nos distingue de las bestias, libre para juzgar a nuestro libre arbitrio⁵.

Assim, a primeira representação intelectual da ordem política republicana idealizada por Sarmiento aparece formulada no *Facundo*. Nele, a dicotomia civilização/barbárie é apresentada como sua principal linha de argumentação, em uma tentativa original de aplicar diversas teorias políticas ao entendimento da realidade histórica em que vivia, empreendendo uma verdadeira viagem ao interior daquela nascente nação. Os personagens aparecem classificados em dois elementos em luta – a cidade e o campo – que sentem e sofrem como arquétipos humanos que assumem os nomes de Bernardino Rivadavia, Facundo Quiroga ou Juan Manuel de Rosas. Cada um desses personagens manifesta sua força ou deixa sua visão utópica amoldar-se a um cenário no qual várias cidades aparecem em sucessão: a cidade aristocrática dos tempos coloniais; a cidade da independência que se tornou a cidade unitária; a cidade de Rosas, sede da tirania urbana; e, no horizonte, a possível cidade de uma república consolidada que iria emergir com a derrota do despotismo.

³ Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo o Civilización y Barbarie*, op. cit., p. 7.

⁴ *Ibidem*, p. 239, grifo no original.

⁵ *Ibidem*, p. 240, grifo no original.

Segundo Natalio Botana, a conversão em Sarmiento de uma ordem primitiva para um regime político que realça a dignidade humana passa pela idéia de que não importa quão redundante pareça, mas para limitar o poder é necessário que o poder exista. Essa era a distância que Sarmiento via entre a utopia de Rivadávia e de seus partidários unitários daquele tempo e o projeto mais realista elaborado por ele e pelos homens de 1837. Naquele primeiro momento, o racionalismo do legislador de Buenos Aires ignorou o mundo secreto dos caudilhos que subjugou as cidades coloniais onde a elite *criolla* havia forjado o processo de independência. O resultado foi que, enquanto a legitimidade daquela nova república se concretizava nas cidades, o colossal espaço do deserto que a circundava continha outra forma de governo que era a sua negação extrema; ao passo que na fugaz República de 1820 a igualdade significava que o povo participava da virtude do legislador, na sociedade bárbara a igualdade era a voluntária subordinação dos seguidores a um mando indiscutível. Esse fenômeno não nasceu de uma convenção particular, mas do efeito espontâneo de um agregado humano que desconhecia as regras elementares de sociabilidade e cuja ordem estava animada pelo princípio do medo que se propagava entre o instinto egoísta de seus habitantes. Em um segundo momento, a nova geração passou a reconhecer a combinação da cidade com o campo não só como positiva, mas como a necessária condição para construir uma identidade nacional sob o signo da civilização.

Foi necessária uma viagem ao exterior, passando pela América, Europa, África e chegando aos Estados Unidos em 1846, para que uma certa concepção de liberdade e de república emergisse com fervor e entusiasmo em Sarmiento. Em seu livro *Viajes*, ele confessa sua desilusão com a Europa e confirma sua firme convicção no modelo político norte-americano de república federal e descentralizado – e também em uma sociedade aberta na qual imigrantes e capital podiam fluir e onde garantias civis naturalmente abriam caminho para o progresso. Pode-se estabelecer uma importante relação entre a viagem de Sarmiento aos Estados Unidos e a de Tocqueville, quinze anos antes. Nas regiões do Rio da Prata e do Chile, os publicistas tenderão a interpretar a experiência republicana e a democracia nos Estados Unidos, por meio da narrativa de Tocqueville e de outros, como Michel Chevalier, autor das *Lettres sur l'Amérique du Nord* (1836), intelectuais que, no espírito de Montesquieu e Saint-Simon, exploraram a natureza da igualdade e do destino da sociedade industrial naquela terra.

Além disso, tanto Sarmiento quanto Tocqueville realizaram viagens como membros de comissões governamentais dos governos chileno e francês, respectivamente. Tocqueville foi enviado para estudar o sistema penitenciário norte-americano e Sarmiento para conhecer o

sistema educacional. Cada um deles, como resultado dessas experiências, escreveu trabalhos importantes – *A Democracia na América*, que se tornou uma obra clássica, e *Viajes*, que, mesmo não alcançando o mesmo *status*, partilhou dessa mesma ambição. Em seus esforços para entender o presente, Sarmiento e Tocqueville questionaram o futuro, tendo como horizonte as promessas oferecidas pela liberdade humana quando ela encontra a novidade da democracia.

A admiração de Sarmiento pela democracia norte-americana veio, em grande parte, de sua desilusão com a Europa. Antes de desembarcar nos Estados Unidos, Sarmiento já via a Europa como “un terreno minado hondamente por los elementos de una de las mas terribles convulsiones que han ajitado la mente de los pueblos”⁶, e pontificou que a sociedade européia estava condenada a oscilar entre a revolução e a reação. A desgastada legitimidade dos governos europeus, ainda afetados pela revolução iniciada em 1789, era composta por um heterogêneo e dividido estado social. Desde o momento em que lá chegou e se viu rodeado de mendigos e indigentes, a Europa mostrou-se para Sarmiento palco de enormes contrastes, tornando-se, em muitos aspectos, um modelo de cultura violentamente solapado pela desigualdade. Escreveu ele nessa época: “Eh! la Europa! triste mezcla de grandeza y de abyeccion, de saber y de embrutecimiento a la vez, sublime y sucio receptáculo de todo lo que al hombre eleva o le tiene degradado, reyes y lacayos, monumentos y lazaretos, opulencia y vida salvaje!”⁷.

Seu desdém pela liberdade aristocrática européia que tentava articular desigualdade com liberdade era tão intenso quanto sua desconfiança em relação aos extremos revolucionários e reacionários. Sarmiento sentiu-se desapontado e solitário porque não consegue encontrar um modelo político eficiente na Europa. A Espanha parecia-lhe uma calamidade; as cidades italianas, um mosaico onde o tempo parecia ter parado; a Prússia, nada mais do que um exemplo pontual de administração da educação pública; a Suíça, uma república desfigurada por seus particularismos e sua tradição feudal. Quanto à França, a solução centralista oferecida pelo liberalismo doutrinário desde a Revolução de 1830 parecia, para ele, um caminho que levaria ao fracasso. Além disso, um modelo político como o francês, baseado em uma monarquia frágil e em um eleitorado deformado pelo voto censitário, parecia-lhe escandaloso.

⁶ *Idem. Viajes por Europa, África y América. 1845-1847.* Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997, p. 5.

⁷ *Ibidem*, p. 86.

A chegada de Sarmiento aos Estados Unidos representou o início de um compromisso com um republicanismo do futuro. Antes disso, Sarmiento, como Tocqueville, via a república como pouco mais que uma ficção da pré-história da modernidade. As pequenas cidades de Tucídides e Maquiavel não representavam um modelo relevante; a revolução republicana havia sucumbido na França; em Buenos Aires, a república unitária havia sido comprometida por seus erros e ilusões; e, finalmente, no Chile, o governo de Manuel Montt havia dado origem a uma experiência republicana aristocrática. Nos Estados Unidos, Sarmiento via uma outra experiência bem diferente e positiva, na medida em que ali se concretizavam princípios e realidades aparentemente incompatíveis: um espaço ilimitado, uma numerosa população, igualdade social e liberdade econômica, um grande mercado, um vasto número de centros públicos de iniciativa e controle e, como traços mais importantes, a descentralização federal, a liberdade política e a educação; isso tudo mesmo considerando a existência da escravidão, com relação à qual ele se posiciona vagamente no livro *Viajes*. Era como se a república se apresentasse pela primeira vez como uma possibilidade histórica, tão distante dos sonhos iniciais como das combinações entre a liberdade civil e os velhos privilégios das monarquias européias, como uma democracia que sabia conjugar a igualdade com a liberdade, distanciando-se aqui de Tocqueville⁸.

Quando Rosas é derrubado em 1852, Sarmiento rompe com Urquiza e regressa ao Chile, quando publica *Campaña en el Ejército Grande aliado de Sud América*, proclamando sua dissidência com o novo regime. Tinha agora de enfrentar o enorme desafio de participar da construção de uma nova ordem política. Suas idéias sobre os Estados Unidos permearão grande parte de suas reflexões e aparecem nessa época com muita força em alguns de seus escritos, como *Argirópolis* e *Comentários de la Constitución*, elaborados como respostas às propostas feitas por Alberdi em *Bases* e em *Estudios sobre la constitución argentina*.

Em *Argirópolis*, encontra-se o mais sustentado uso dos Estados Unidos como modelo de referência para a Argentina na obra de Sarmiento. Nele, enquanto ataca Rosas, esboça um programa para uma Argentina pós-rosista. Dedicado a Juan José de Urquiza, o caudilho progressista de Entre Rios que substituirá Rosas, *Argirópolis* reformula temas que já estavam no *Facundo*: a necessidade de desregular a navegação dos rios, a defesa do livre-comércio, da

⁸ Segundo Natalio R. Botana. *La Tradición Republicana*, op. cit., a democracia era para Tocqueville o único lugar, imposto por uma inevitável tendência, onde se podia resgatar, sob outras formas, o velho sentido da liberdade aristocrática. Para Sarmiento, não havia resgate possível porque, desde esse momento, o passado deixou de ser, nele mesmo, motivo de pesar. Tocqueville viveu sempre em tensão entre a liberdade aristocrática, condenada pela igualdade e seu irremediável desaparecimento, e a liberdade democrática que podia sucumbir sob o despotismo igualitário. Para Sarmiento, que havia descoberto a democracia, essa vivência era, ao contrário, uma forte negação de seu passado, a afirmação de uma só história – aquela que tem por base as liberdades anglicanas – nascida da divisão do mundo pela reforma protestante.

constituição de melhores escolas, o incentivo à imigração, entre outros. *Argirópolis* também afirma que a Argentina está destinada a ser os Estados Unidos da América do Sul, que deveria incluir o Uruguai e o Paraguai e defende que a capital fosse localizada em um lugar mais central do território. Essas idéias representam, para Botana, um primeiro liberalismo de Sarmiento, que vai se expressar nos debates constitucionais que se seguem.

Essa nova viagem pelos caminhos do poder, em que a teoria terá que se deparar com a prática colocará em conflito duas concepções que combateram sem trégua na consciência de Sarmiento, provocadas pela violência e pela guerra. Um Sarmiento que em 1853 sonhava em transplantar para a Argentina a república de Tocqueville – espelho da virtude contida no município – e outro Sarmiento, combatente das lutas civis, disposto a impor ordem e estado de sítio, organizador de um exército de oficiais profissionais e que vinte anos mais tarde justificará a existência de uma república forte.

A emergência do liberalismo na Argentina ocorreu em um tempo de continuada guerra civil e a contradição entre uma teoria baseada na participação pacífica de cidadãos no estabelecimento de governos locais, associações e escolas e a realidade argentina de combates incessantes, fragmentação regional e resistência dos caudilhos nunca foi resolvida durante a vida de Sarmiento. Ele se perguntava agora se o pacto republicano havia mudado seu significado e intuía que por trás da metáfora do contrato social, que tinha a legitimidade desejada por ele, havia a necessidade de um governo forte. Autoridade, como ele havia escrito no *Facundo*, implicava consentimento público, mas essa voluntária aquiescência estava demorando a chegar. A guerra civil continua por muito tempo depois da queda de Rosas, e Sarmiento, que acreditava que essa luta era um fator constante na história da Argentina, vai empreender esforços para erradicá-la. É nessa perspectiva que se expressa a concepção de Sarmiento de uma república forte capaz de concentrar o poder no Estado.

Tendo como base essas idéias, é que mais tarde, quando se torna presidente, em 1868, Sarmiento recorrerá a estados de exceção e à intervenção federal, instituirá a profissionalização militar subordinada à constituição e ao presidente. Inevitavelmente, ao final de sua presidência em 1874, o Estado que ele havia moldado e fez surgir se tornou muito mais centralizado e bastante afastado do modelo que ele havia projetado vinte anos antes, sob a influência de Tocqueville. Além disso, novos exemplos ocorridos naquela época pareciam dar suporte a seus mais recentes pontos de vista – o governo federal dos Estados Unidos ganhara a Guerra Civil e a Terceira República estabelecera suas bases na França após a Comuna de 1870.

Para Botana, a administração de Sarmiento pode ser vista no contexto daqueles governos fundadores que consolidaram liberdades individuais e as regras da lei em um clima de violência civil. Nele, o poder não foi construído para fugir da anarquia a qualquer custo, mas para garantir a autonomia individual. A república concretizada por ele pode ter parecido forte no enfrentamento dos desafios para constituir a autoridade, mas o fato é que havia uma forte restrição às paixões dos líderes reguladores: a legitimidade de uma ordem constitucional.

Segundo esse autor, a dicotomia entre uma “república das liberdades *versus* uma república do poder constitucional” não parece ser suficiente para explicar a concepção de Sarmiento. A pergunta parecia ser a mesma de dois séculos atrás: qual a natureza do indivíduo em uma república? É a antiga liberdade da pólis, ou a moderna liberdade, que persegue garantias legais para proteger os direitos essenciais dos cidadãos? Sarmiento decididamente não tendeu para nenhuma das duas concepções, mas sempre abraçou o velho sonho de uma república mais igualitária de cidadãos. O projeto consistia em implantar uma república capaz de instilar virtude em seus membros por meio da educação pública e do exercício da liberdade política. Assim, a república era também, para ele, uma forma de governo que educava.

Com essas palavras, Sarmiento colocava na educação pública o ponto de partida para criar uma república de cidadãos:

Una fuerte unidad nacional sin tradiciones, sin historia, y entre individuos venidos de todos los puntos de la tierra, no puede formarse sino por una fuerte educación común que amalgame las razas, las tradiciones de esos pueblos en el sentimiento de los intereses, del porvenir y de la gloria de la nueva patria⁹.

Como o deserto, a cidadania era para ele um território a semear. Uma vez constituída a ordem geral, após a queda de Rosas, havia que se dar forma a esse inexistente cidadão. Natalio Botana cita o trecho de um Informe apresentado por Sarmiento ao Conselho Universitário do Chile em 1856, para mostrar a estreita relação que existia para ele entre educação, cidadania e virtude:

Em um governo como o nosso, no qual o povo é o poder soberano, no qual a lei da terra é o desejo do povo, cujos desejos são abertos e diretamente expressos, e no qual cada ato do governo pode ser propriamente chamado de um ato do povo, é essencial que todos os indivíduos sejam educados. Eles devem possuir inteligência e virtude; inteligência para perceber o que é certo; virtude para fazer o que é certo. Nossa república, alguém poderia então dizer é fundada na inteligência e na virtude. Por isso Montesquieu disse apropriadamente que em uma república todo o poder da educação é necessário¹⁰.

⁹ Domingo Faustino Sarmiento. *Viajes por Europa, África y América*, op.cit., p. 397; p. 489 apud Natalio Botana, *La Tradición Republicana*, op. cit., p. 320.

¹⁰ Idem. *Educacion Comun. Memoria presentada al Consejo Universitário de Chile sobre estas cuestiones* (1856). In: *Obras Completas*, vol. 12, p. 272 apud Natalio Botana. “Sarmiento and Political Order: Liberty,

As idéias de Sarmiento sobre as condições de vida em uma república perpassavam ainda outros tópicos: o significado da cidade e da municipalidade como centros de liberdade política; a organização e igualdade na educação; a questão da propriedade agrícola no desenvolvimento dos hábitos de autonomia e associação; as ameaças que pairavam sobre uma nação de imigrantes quando a recém-chegada população, ignorante de seus deveres como cidadãos, tomava parte somente na vida civil. O cidadão argentino que Sarmiento queria moldar era um cidadão ativo que podia discernir o bem comum, pegar em armas quando a nação requeresse, e, algumas vezes, participar, deliberar e decidir pelo interesse do povo. A liberdade política não era, para Sarmiento, um processo gradual, espontâneo e vagaroso, mas sim um ato deliberado de legisladores e líderes. Sob seu ponto de vista, a república era uma instituição para a criação de cidadãos. Era também a garantia para a liberdade e para esforços programáticos; uma pacífica organização ao serviço da cidadania e da nação.

Nesse sentido, agia como um parente distante dos humanistas do Renascimento quando acreditava que a virtude cívica redimia e purificava. A república do humanismo cívico, que envolve tanto capacidades quanto o estabelecimento da civilização do mundo letrado, representou o último esforço de Sarmiento para transformar a sociedade civil em uma comunidade política. Claramente, ao falar em liberdade, poder e virtude combinados, por meio de uma educação para todos, ele enfatizava a dimensão cívica da república. Mas, concluindo e recuperando a idéia inicial de que na concepção de república de Sarmiento conviveram três tendências, diz Botana: “em suas análises finais, o velho Sarmiento deve ter realizado que com as suas ações ele conseguiu trazer juntamente o ato criativo do indivíduo, o coercitivo poder do Estado e a habilidade da cidadania”¹¹.

Power, and Virtue”, *op. cit.*, p. 111. A citação está em inglês no artigo, por isso foi traduzida aqui para o português.

¹¹ Natalio R. Botana. “Sarmiento and Political Order: Liberty, Power, and Virtue”, *op. cit.*, p. 112-113.